

## Documento Técnico – Demandas de acesso

### Os Seringueiros e a Invenção de um Outro Paradigma

*Carlos Walter Porto-Gonçalves, Pesquisador*

*Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense (LEMTO-UFF)*

#### Introdução

De modo mais ou menos direto todos os lugares/regiões do mundo estão atravessados pelo padrão de saber/poder do sistema mundo capitalista moderno-colonial (Quijano, Wallerstein, Harvey, Arrighi). No entanto, há uma “heterogeneidade histórico-estrutural” (Quijano) na medida em que o sistema mundo capitalista que começa a ser desenhado com o colonialismo a partir de 1492 vai enfrentar-se/confrontar-se com diferentes formas societárias com histórias próprias nos diferentes lugares/regiões do mundo ensejando histórias locais em tensão com o projeto global capitalista/colonial (Walter Mignolo)<sup>1</sup>.

O continente que os europeus chamaram etnocentricamente de *novo mundo*<sup>2</sup> e, depois, batizaram de América, está na gênese desse sistema mundo capitalista moderno-colonial eurocentrado. Afinal, até encontrar-se/confrontar-se com esse velho/novo continente e seus povos, a Europa se colocava marginalmente com relação aos principais circuitos comerciais que tinham o Oriente como centro dinâmico. Não é fortuito que tenha sido a tomada de Constantinopla (atual Istambul) pelos turcos, em 1453, que tenha imposto aos comerciantes a busca de um outro caminho alternativo. Até ali o bom caminho era o Oriente a ponto de nos legar um verbo – Orientar. Nessa busca por outros caminhos, o continente que hoje habitamos – Índias Acidentais - se inscreve no cerne da estrutura do sistema mundo capitalista moderno-colonial que hoje nos habita. E não como uma região marginal ou secundária na constituição desse sistema mundo capitalista moderno-colonial eurocentrado até porque será desse continente que a Europa retirará a riqueza que lhes permitirá conformar uma geografia política, cultural e econômica em que aparece como Centro. Isso implica dizer que há uma estrutura Centro-Periférica que é constitutiva das relações de saber/poder desse sistema mundo. Portanto, quando falamos desse continente não estamos falando de um lugar

---

<sup>1</sup> HISTÓRIAS LOCAIS / PROJETOS GLOBAIS: COLONIALIDADE, SABERES SUBALTERNOS E PENSAMENTO LIMINAR Walter Mignolo'. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p.

<sup>2</sup> E, com isso, silenciavam a história milenar dos diferentes povos que aqui habitavam. Na região específica do mundo seringueiro os Ashaninkas que vivem pelas selvas atuais do Peru e do Acre a, pelo menos, 5000 anos.

qualquer, mas de uma região que tem um papel estruturante nesse sistema mundo capitalista e, para isso, é preciso descolonizar o pensamento que ajudou a conformar esse mundo moderno-colonial capitalista que vê a constituição dessa configuração histórico-geográfica pós 1492 como se fora autogerada pela Europa e sua expansão pelo mundo.

Toda essa introdução se faz necessária para que possamos dar visibilidade às múltiplas experiências que estão em curso no mundo, experiências essas que estão sendo forjadas nessa tensão com o sistema mundo capitalista moderno-colonial hoje diríamos euurocentrado, se nos permite o leitor esse neologismo para indicar a imbricação estadunidense com essa moderno-colonialidade capitalista.

### Localizando a experiência seringueira

A experiência seringueira que será objeto de nosso interesse vai se desenvolver numa região que se coloca entre aquelas mais tardiamente foi incorporada de modo mais direto ao sistema mundo capitalista moderno-colonial. Afinal, enquanto os portugueses procuraram controlar a foz do principal rio da maior bacia hidrográfica do mundo, a foz do Rio Amazonas, os espanhóis logo dominaram o altiplano andino onde passaram a controlar as minas de prata e os povos que aí habitavam. Em meio a essas áreas diretamente controladas pelos invasores/conquistadores ibéricos se encontram os altos cursos dos rios Juruá e Purus, grandes afluentes da margem direita do Amazonas, onde hoje se situa o estado do Acre no Brasil. Registremos que essa região, embora não fosse objeto de controle direto no primeiro momento do sistema mundo que começava a se delinear, sofreu os efeitos da implantação do ordenamento territorial, sobretudo espanhol, que implicou no desordenamento territorial que lhes era anterior e que se configurava no “máximo controle dos pisos ecológicos” (John Murra) com base nos princípios da reciprocidade-complementariedade e que interligava o Altiplano Andino com a Amazônia e com o Pacífico<sup>3</sup>.

Registre-se que a ocupação humana da Amazônia remonta a 11.200 anos, segundo Anna Roosevelt, período que corresponde ao recuo da última glaciação – a Glaciação Würm ou Wisconsin – quando os climas do planeta se tornaram mais úmidos e as amplas áreas de savanas que cobriam a Amazônia atual passaram a ser “colonizadas” pela floresta (Aziz Ab’ Saber, 1970). Todo esse período, de mais de onze milênios de co-evolução entre a formação da floresta e a ocupação humana

---

<sup>3</sup> Não olvidemos que a experiência da vida urbana é, na Amazônia, anterior à presença europeia, como se pode verificar na cidade de Machu Pichu situada na Amazônia andina, no rio Urubamba formador do Marañon-Solimões-Amazonas, que está situada a cerca de 1000 km da cidade de Rio Branco no Acre, Brasil.

plasmaram um rico acervo de conhecimentos de caça, coleta, pesca, agriculturas, culinárias, medicinas e arquiteturas, enfim, de povos que com suas culturas souberam tirar proveito de um bosque que oferece, em média, de 40 a 70 toneladas de biomassa líquida por hectare/ano!

Essa região, entretanto, só será incorporada de modo mais direto ao sistema capitalista moderno-colonial na segunda metade do século XIX e sob os efeitos da segunda revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia industrial, onde a borracha cumpria um papel estratégico nas fábricas (batentes e correias de transmissão das máquinas) e no encapamento de fios de cobre nas redes de transmissão de eletricidade em crescimento, à época sobretudo nos países industrializados<sup>4</sup>. Tudo isso foi possível depois que o processo de vulcanização possibilitou outros usos àqueles que os indígenas tradicionalmente emprestavam ao látex, como a impermeabilização de tecidos. A região, à época do início do “ciclo da borracha” (“*ciclo gomero*”) estava tão pouco articulada ao sistema mundo que até mesmo as fronteiras políticas entre o Brasil, a Bolívia e o Peru estavam em aberto – “as fronteiras estão às cegas”, dizia o Tratado de Ayacucho, de 1867. Conflitos militares e sérias negociações diplomáticas se fizeram em torno da soberania sobre o Acre, região que passaria a ser a mais importante na produção de látex em toda a Amazônia. Esse fato geopolítico será atualizado em diferentes circunstâncias, inclusive pelos “camponeses florestais” (Mauro Almeida) nos anos 1970/1980.

## A Conformação do Mundo Seringueiro

O mundo seringueiro passará a se constituir nessa região por volta de 1870. A princípio, o mundo seringueiro vai se forjar contra o mundo indígena através das “correrias”<sup>5</sup> que desterritorializava os povos originários para implantar o seringal-empresa. Muita violência foi cometida contra os povos indígenas que, paradoxalmente, haviam oferecido ao mundo o conhecimento da seringa, do látex, até que ele fosse aperfeiçoado com o processo de vulcanização (Charles Goodyear).

---

<sup>4</sup> Não se pode associar o ciclo da borracha ao crescimento da indústria automobilística, haja vista que essa indústria só vai crescer depois dos anos 1910-1920. No Acre a exploração de borracha já se fazia a 40 anos, desde 1870.

<sup>5</sup> As “correrias” eram expedições que se faziam para expulsar os indígenas de seus territórios para explorar o látex ou da seringueira (*Hevea brasiliensis*) ou do caucho (*Castilloa elastic*). A expressão “correria”, em português, tem também o sentido de andar depressa, correr. A expressão amazônica de botar os índios para correr, para fugir, indica também que se está submetendo os territórios dos povos indígenas, com suas temporalidades próprias, ao tempo do capital industrial cujas correias de transmissão feitas de borracha permitem acelerar, ou seja, fazer correr mais velozmente o tempo. Tempos Modernos, mas Tempos Coloniais, quando visto do outro lado, necessário, da modernidade.

*PAROARA – ILHA DA CONSCIÊNCIA. Quando nos tempos da exploração da borracha na Amazônia dizia-se que o único crime que lá se cometia era não voltar de lá rico, conforme registra o ensaísta amazonense Samuel Benchimol. É ele quem nos conta que à entrada do rio Purus, o mais rico na exploração de borracha, havia uma ilha chamada Consciência, que era onde você devia deixar a consciência antes de subir o rio para não se lembrar do que você havia feito quando voltasse do alto rio. Não à toa, no interior do nordeste, o paroara, aquele que voltava rico da Amazônia, era visto como tendo uma riqueza amaldiçoada.*

Uma onda migratória significativa invadirá a região vinda, principalmente, dos sertões semiáridos do nordeste brasileiro e não só impulsionados pela seca, mas também pelo horizonte de enriquecimento rápido que parecia beneficiar a todos – Win-Win – embora de modo desigual, extremamente desigual, entre patrões seringalistas e trabalhadores extratores de borracha. Todo esse mundo que se constituía em torno do seringal se fazia em torno de um produto - a borracha - que não tinha nenhum valor de uso para os que conformavam esse próprio mundo. Daí o caráter colonial que subjaz ao próprio capitalismo, qual seja, uma região que existe não para si própria, mas para outrem, no caso, uma região moderna e distante. Esse caráter da região comandado pela lógica da mercadoria chegava a tal ponto de sequer haver um equilíbrio de gênero, haja vista que no Censo demográfico realizado no Acre cerca de 1910, no auge do ciclo da borracha, 3 de cada 4 habitantes serem homens. Não havia mulheres entre os trabalhadores extratores, a não ser aquelas que lhes eram oferecidas para práticas sexuais, conforme constam de alguns cadernos de controle das despesas desses trabalhadores junto ao barracão dos patrões. Os patrões, sim, tinham suas mulheres e filhas, assim como seus serviçais de confiança, como os guarda-livros e capatazes. Nas “colocações” onde os trabalhadores eram alocados e de onde todos os dias saíam, ainda de madrugada para “cortar a seringa” e colocar a botija para encher de “leite”, regressavam à “colocação” e, depois do almoço, retornavam à “estrada de seringa” para recolher o “leite” e fazer a defumação novamente na colocação, aí não havia mulheres.

Toda a energia deveria ser destinada à extração do látex, afinal, o tempo industrial é constante. Ao trabalhador extrator não era permitido plantar ou criar o que quer que fosse para sua subsistência não somente para que comprasse tudo que necessitasse no barracão do patrão e pagasse com a borracha produzida, mas também porque o tempo de extração de látex é o tempo seco, os dias que não chovem, pois, a água faz com que o látex perca sua elasticidade. E os dias secos são os dias de lavar a terra e, se lavram a terra, não colhem o “leite”, que a razão de ser desse mundo do seringal. Em suma, essa “razão técnica” contribuía para conformar uma relação social e de poder onde os trabalhadores extratores ficavam à mercê dos patrões, onde suas dívidas deveriam ser pagas com borracha. O controle das contas estava nas mãos dos guarda-livros dos patrões e as dívidas

pareciam impagáveis, sobretudo para trabalhadores em sua quase totalidade analfabetos e que desconfiavam com frequência da honestidade dos guarda-livros.

Quando os ingleses conseguiram domesticar a seringueira e organizar grandes *plantations* em territórios onde tinham domínio territorial colonial esses seringais amazônicos começam a ter formas sociais de organizar seus espaços distintas desse seringal-empresa que acima sumariamente descrevemos. Esse mesmo mundo dos seringueiros se viu tendo que se reinventar: 1- passaram a praticar uma agricultura para sua segurança alimentar; 2- passaram a conviver com os povos originários de onde aprenderam a usar os frutos da floresta seja para comer, seja para se curar, seja para construir suas casas e; 3- até mesmo para constituir família. E nesse mundo também surge, contraditoriamente, o “seringueiro autônomo” e já podemos falar também de um/a seringueiro/a autônoma, haja vista a mulher ser parte constitutiva desse mundo pós-crise do seringal empresarial, um mundo que, como vimos, era basicamente de homens.

Enfim, foi a partir da crise do seringal-empresa que podemos falar de uma sociedade constituída propriamente no Acre, ainda que surgindo daquele mundo, mas criando um mundo próprio também para si próprio, não mais um mundo marcado pela colonialidade e pela dinâmica capitalista. Há uma outra dinâmica sendo criada com a decadência dos seringalistas e o surgimento do/as seringueiro/as autônomo/as.

## A Constituição do Movimento dos Seringueiros e suas Escalas

Esse mundo seringueiro não necessariamente gera, como nenhuma forma societária por si mesma, um movimento social, embora não se possa negar que todo movimento social se constitua a partir de uma história, de uma memória coletiva de onde retira, nas circunstâncias, seus trunfos, tal e qual num jogo de cartas (Porto-Gonçalves, 1998 [2004]).

Um momento-referência na trajetória do movimento seringueiro é março de 1976, quando realizam o primeiro Empate contra o desmatamento no Seringal Carmem, no município de Brasileia, no Acre. Lá estavam Chico Mendes e Osmarino Amancio Rodrigues sob a liderança de Wilson Pinheiro, então Presidente do STR de Brasileia. Nesse momento não reivindicam nenhuma razão ecológica para fazer os Empates forma que, depois, se tornaria emblemática justamente porque defendia não só a terra, mas a defesa da floresta e do modo de vida seringueiro, sobretudo de um/a seringueiro/a autônomo/a que havia sido criado/a com muito sacrifício depois da decadência do seringalismo patronal, onde a organização social do espaço da vida estava voltado para fora. O/a seringueiro/a que agora fazia o Empate o fazia em defesa de um mundo próprio, onde cultivava um pequeno

pomar-roçado junto à casa onde também criava pequenos animais e extraía uma variada gama de frutos, madeiras, peles e resinas da fauna e flor do bosque. Digase, de passagem, que esse acervo de conhecimentos do/as seringueiro/as só foi possível pelas relações que passaram a ter com os povos indígenas e seus saberes ancestrais, milenares com a floresta.

Essa r-existência local, através dos Empates, estava fortemente ligada aos STRs que começavam a se fortalecer na região para o que muito contribuíram as comunidades eclesiais de base e sua teologia da libertação. Há uma densa rede tecida desde os Empates à escala local que começa a escalar outros níveis nas relações sociais e de poder nos quais os seringueiro/as estão implicado/as através da CONTAG, muitas vezes através das oposições sindicais e, depois, da CUT, entidade da qual Chico Mendes viria a ser dirigente nacional. Essa rede começa a construir elos próprios, seus próprios nós, com a fundação do CTA (1983) e, em 1985, do CNS.

A aproximação da maior parte das lideranças seringueiras com a CUT, então articuladora do que se chamava “sindicalismo combativo”, indica o nível de tensão/conflito que a região vivia, sobretudo por suas populações camponesas e indígenas. Os anos 1980 foram tensos e dramáticos com recordes de assassinatos no campo com destaque para a Amazônia. Esses conflitos apresentaram, no Acre, a peculiaridade de serem conflitos pela terra e pela floresta ao mesmo tempo e não um conflito pela terra somente, como foram encarados em outras regiões da própria Amazônia, como na Amazônia Oriental. O Empate no Seringal Carmem é, nesse sentido, emblemático pois não foi somente um conflito pela terra contra os fazendeiros que invadiam a região com suas fazendas de gado, mas foi um conflito em defesa do modo de vida do/a seringueiro/a autônomo/a cuja vida que, como assinalamos acima, implicava a floresta como suporte da vida. Registre-se, aqui, a relevância da liderança seringueira de Chico Mendes, ele mesmo um seringueiro autônomo e que vai desenvolver um forte sentido político-comunitário a essa luta em curso, inclusive pela ideologia comunista que professava. Enfim, a luta seringueira se fez conformando uma forte identidade de trabalhador e um forte sentido de justiça social ao que viria se juntar, inclusive pelas novas circunstâncias geopolíticas, um componente ambiental. A fundação do CNS, em 1985, talvez seja uma das manifestações mais criativas do/as seringueiro/as pois indica o modo criativo como o/as seringueiro/as foram capazes de se reinventarem nas novas oportunidades que a conjuntura abria sem perder a perspectiva que vinham afirmando com os STRs, as CEBs, a Contag e a CUT.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, ampliava o campo de ação do movimento dos seringueiros para além do movimento sindical debatendo publicamente, por exemplo, a política nacional da borracha alargando o conceito de produtor de borracha para além dos empresários vinculados ao setor (seringelistas,

comerciantes, empresas de pneumáticos) que, até então, se apresentavam como produtores de borracha. Com a criação do CNS o antigo Conselho Nacional da Borracha deixa de ser um lugar exclusivo das classes proprietárias. O Conselho Nacional dos Seringueiros

O CNS debatia, ainda, a questão da educação, a questão fundiária e alternativas de uso múltiplo da floresta, explicitamente excluindo a exploração madeireira. Os seringueiros se afirmaram com uma forte identidade de trabalhadores e, assim, conformaram uma compreensão de que a sociedade em que viviam estava dividida em classes sociais antagônicas. Os formuladores das políticas do CNS deixaram esse princípio consagrado nos próprios estatutos do CNS ao estabelecer que todo dirigente da entidade teria, obrigatoriamente, que estar ligado a um sindicato de trabalhadores rurais.

Os STRs e sua rede sindical através da CONTAG e da CUT, ampliada através do CTA e do CNS, indicam claramente essa construção identitária de trabalhador/as conformada na experiência concreta das lutas sociais. Observe-se em todas essas siglas, a presença do trabalhador/seringueiro. Em finais dos anos 1980 vai se conformar a Aliança dos Povos da Floresta e aqui um outro paradigma epistêmico-político começava a ser explicitamente desenhado, como ficará mais evidente mais adiante.

A defesa da floresta, já presente no Empate do Seringal Carmem, vai ser conectada a outras escalas de poder além das fronteiras nacionais por razões que, a princípio, escapavam ao mundo dos povos da floresta.

Desde os anos 1960 que novos horizontes de sentido começaram a serem explicitados publicamente com a contracultura e os chamados novos movimentos sociais – feminista, dos direitos civis, dos negros, ecológico, contra o desperdício (consumismo e gastos militares). Até mesmo a ideia de crescimento econômico, irmão siamês da noção de desenvolvimento, começa a ser posta em questão – “Os Limites do Crescimento”, era o título do Relatório Meadows do MIT – *Massachusetts Insitute of Tecnology* – patrocinado pelo Clube de Roma, *think thank* do consórcio de grandes corporações multinacionais, e publicado em 1972, pouco antes da conferência da ONU realizada em Estocolmo. Registremos, aqui, um embate que acompanhará a conformação do campo ambiental desde cessa época até os dias atuais, embora passando por novas formulações que, entretanto, se mantém na sua diferença constitutiva: de um lado, um ambientalismo que sinaliza para outros horizontes de sentido para a vida, o que, de certa forma, se define bem na expressão contracultura; de outro lado, um ambientalismo que dá continuidade ao horizonte de sentido próprio da chamada modernidade e que procura afirmar seu projeto através do debate técnico-científico. Enfim, um debate iniciado nas ruas como debate político-cultural começa, em 1972, a ser institucionalizado no sistema de poder mundial, onde os grandes protagonistas eram, até então, os Estados e as grandes corporações. Dessa reunião da ONU surge uma recomendação

que passará a ser parte das novas relações no interior do sistema de poder/saber, a recomendação que nas relações entre Estados-membros do sistema de poder se inscrevesse o tema ambiental. Assim, Banco Mundial, FMI ou nos Acordos de comércio e em suas relações com as corporações empresariais se haveria que contemplar a questão ambiental para que os financiamentos pudessem ser viabilizados. Enfim, uma burocracia estatal começa a ser forjada e parte do campo ambiental. A ditadura brasileira, por exemplo, cria em 1973, a SEMA justamente para viabilizar financiamentos externos<sup>6</sup> conforme as novas regras do jogo

Os grupos/classes sociais, etnias, povos e nacionalidades subalternizados nesse sistema de poder/saber mundial começavam a insinuar seu protagonismo aprofundando as contradições internas a esse sistema de poder/saber. No centro desse embate está o debate sobre a relação sociedade-natureza. Como soe acontecer no campo das lutas sociais, as disjuntivas que se apresentam nas circunstâncias dos conflitos não obedecem exclusivamente a um eixo vertical, entre os “de cima” e os “de baixo”. O fato de surgir entre setores empresariais um documento que assinala que “há limites para o crescimento” dá conta das contradições no interior do campo dominante. Uma nova revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia começa a ser engendrada com a engenharia genética, os novos materiais e a telemática. Não é aqui o lugar para aprofundar o significado de cada uma dessas revoluções, todavia, há que se chamar a atenção para o fato de que as chamadas revoluções técnicas não se desenvolvem à margem ou por fora das relações sociais e de poder. Ao contrário, são parte dessas relações e no seu interior dessas relações é que são forjadas essas revoluções.

No fundo, a natureza passa ser objeto de um intenso debate onde grupos/classes sociais subalternizados passaram também a desempenhar um papel significativo, sobretudo os grupos/classes sociais/etnias/nacionalidades/povos que mantêm outras relações com a natureza. A Amazônia passou a ser resignificada no debate teórico-político no novo contexto geopolítico que se desenhava. A região aparece, agora, como a última reserva de natureza do planeta e vista à escala global (afinal, o homem não só tinha visto que “a terra é azul” como também já havia pousado na Lua). Nossa casa já não é mais só o lugar ou o país que habitamos, mas também o planeta Terra, o que implica outros significados para questões politicamente delicadas como a soberania dos Estados e a autonomia dos grupos sociais. Entre os setores empresariais dominantes não há mais consenso sobre o destino que haveria a ser dado à Amazônia: se explorado conforme já vinha sendo feito pelo modelo de extração destrutiva, de saque e rapina, devastador ou se a região deveria ser melhor estudada conforme demandavam os setores ligados às novas

---

<sup>6</sup> Para as rodovias Transamazônica e BR 364 (Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-AC), para as barragens de Tucuruí e Balbina, para a ferrovia Carajás e para o porto de Itaquí para nos restringirmos às obras de grande impacto na Amazônia.



tecnologias, sobretudo aqueles setores ligados à engenharia genética e aos novos materiais. Para esses setores, diga-se de passagem, o conhecimento das populações tradicionais é fundamental, sobretudo pelas economias que proporcionam na prospecção do que eventualmente querem patentear. Assim, se para os setores que vivem da extração destrutiva, da rapina e saque dos recursos as populações tradicionais se apresentam como um obstáculo a ser superado, quando não simplesmente varridas do mapa, desalojadas, desterritorializadas, para os setores ligados à engenharia genética e novos materiais esses mesmos grupos são de interesse pragmático pelos conhecimentos que dominam. Novas relações se colocam no horizonte político complexificando as relações sociais e de poder na região, no país e no mundo.

O Acre, nesse contexto, passa a experimentar um papel originalíssimo sobretudo pelo protagonismo do movimento dos seringueiros que, como salientamos, já vinha estabelecendo novos horizontes de sentido para as lutas que travavam em defesa da floresta iniciadas com o Empate no Seringal Carmem, em março de 1976. E chama mais atenção ainda porque não era nesta porção da Amazônia Ocidental brasileira, mas na Amazônia Legal Oriental (Norte do Mato Grosso, Sul e Sudeste do Pará, Leste do Maranhão e norte do Tocantins), que o modelo de extração destrutiva provocava maiores danos, com a devastação da floresta com a exploração madeireira, fazendas de gado e exploração de carvão vegetal para exportação de ferro. O Acre assistia aos primeiros avanços desse mesmo modelo de extração destrutiva em finais dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, quando os seringueiros iniciam sua r-existência. Assistiam ao avanço que vinha ao longo da BR 364 se fazendo entre Mato Grosso e Rondônia, através de projetos de colonização dirigida pelo INCRA e pela colonização espontânea, sobretudo entre Cuiabá e Porto Velho e que, à época, dava seus primeiros passos no trecho entre Porto Velho e Rio Branco.

Os projetos de colonização oficiais não se mostravam sustentáveis e os camponeses iam para terras adiante, em direção a Rio Branco, através da colonização espontânea. As terras abandonadas eram adquiridas pelos fazendeiros e, assim, se assistia em Rondônia, sobretudo, a um processo onde os camponeses “amansavam a terra” para o avanço dos fazendeiros, como se dizia à época. Na perspectiva dos seringueiros acreanos esse processo gerou uma leitura política de lutar contra a “rondonização do Acre”, como designaram. E é aqui que os elos internacionais entre o movimento dos seringueiros e as organizações ambientalistas começam a ser tecidos através de Organizações Não-Governamentais. Pode-se tomar como marco dessa nova constelação de relações a presença de Chico Mendes, em Nova Iorque, em março de 1987, tornada possível por uma ONG brasileira, o IEA com sede em Curitiba, e uma ONG estadunidense, o EDF. Nesse momento, Chico Mendes denuncia que os organismos internacionais

que haviam aprovado o financiamento para a construção da BR 364 que como vimos, interliga Cuiabá-Porto Velho- Rio Branco - AC, não estavam acompanhando o destino dos recursos pré-aprovados para o PMACI – Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas. Foi grande a repercussão internacional do fato haja vista já ser grande a exposição da Amazônia brasileira no cenário internacional pelas queimadas que só aumentavam na região. Chegaram a ser suspensos os financiamentos para o Brasil, o que demonstra o protagonismo do movimento dos seringueiros. Seus Empates iam do Seringal Carmem a Nova Iorque passando pelo Rio de Janeiro, como viria acontecer poucos meses depois, ainda em 1987, quando a rede de articulação nacional que conformaram com seus Comitês de Apoio aos Povos da Floresta (em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro) conseguiram “Empatar” a visita que o então governador do Acre, Sr. Flaviano Melo, fazia ao Rio de Janeiro procurando atrair investidores para o Acre. Ao contrário do que pretendia, governador se viu obrigado a dar explicações públicas, no Clube de Engenharia daquela cidade, sobre a violência que havia sido cometida contra trabalhadores rurais que haviam sido metralhados quando faziam uma manifestação na porta do IBDF, no seu estado. Os seringueiros, como vemos, pareciam estar em todos os lugares. A tensão política atingia níveis insuportáveis.

Todavia, assim como os seringueiros procuravam dar respostas criativas nessas circunstâncias como o fizeram com as RESEXs, uma nova aliança começa a ser gestada pelos setores empresariais e técnicos através da FUNTAC contra aquelas iniciativas vindas “de baixo” protagonizadas pelo/as seringueiro/as. A FUNTAC é uma iniciativa do governo Flaviano Melo e se orgulha de ser uma iniciativa de engenheiros florestais e passa a lançar mão de um léxico – “fazer uso racional dos recursos naturais” típico de uma modernidade em crise terminal. Ou seja, no Acre toma forma aquele campo político que procura se afirmar por meio do discurso técnico e onde o discurso da razão ignora outras racionalidades, outras matrizes cognitivas e outros horizontes de sentido para a vida que não se resume às destinações econômico-mercantis. Por exemplo, ignora a presença milenar de povos na Amazônia e o fato de ser impossível a ocupação humana de qualquer região que seja sem que haja conhecimento sobre como o comer, o curar e o habitar. Só na região específica do Acre a presença dos Ashaninkas tem registro de mais de 5000 anos. Falar de “uso racional da floresta” ignorando essas racionalidades é, rigorosamente, não saber de onde está falando. Vimos como o/as seringueiro/as autônomo/as conformaram seu mundo em estreita relação com essas matrizes de conhecimento ancestrais. Daí a aliança dos Povos da Floresta que promoveram não ser mera retórica.

Todavia, outras relações em diferentes escalas também estavam sendo forjadas pelos “de cima” para os “de cima” como na FUNTAC que recebera da ITTO seus primeiros financiamentos justamente para fazer a cubagem da madeira nas

florestas da região e seu potencial para exportação. Registre-se que os seringueiros à época se posicionavam explicitamente contra qualquer projeto de exploração madeireira chegando mesmo a cunhar a expressão “produtos não madeireiros” em seus documentos em que discutiam possíveis usos da floresta.

### As Resexs: um novo paradigma em gestação

A criatividade do/as seringueiro/as por seu lado seringueiro/autônomo/a atingiu sua melhor elaboração teórico-política na proposta das Reservas Extrativistas. Através dela foram capazes de ir além da reivindicação da terra, como tradicionalmente fazia o movimento sindical, ampliando o sentido da relação dos homens e mulheres com as condições naturais da existência, apontando para a luta pelo território. Aqui a relação com o movimento ambientalista permitiu ao CNS ampliar seu conceito de terra num sentido mais abrangente incluindo a problemática ecológica. O fato dos seringueiros viverem o extrativismo produtivo lhes permitiu ver sua sobrevivência não só da terra, mas também do bosque. Registre-se que considerar-se extrativista tem, para eles, um sentido positivo, e sabendo que não são produtores devem respeitar a produtividade biológica primária para dela extrair - coletar, caçar e pescar - o que necessitam para viver. Enfim, afirmam um padrão de relação com as condições materiais da vida de extração criativa, produtiva.

Para os seringueiros, a questão ambiental passa a ser vista numa perspectiva distinta do paradigma científico dominante onde natureza e cultura caem um fora do outro. Ao contrário da visão eurocêntrica para ele/as não só floresta, mas também Povos da Floresta. “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta” afirmara Chico Mendes. Enfim, para eles/as o “notório saber”, a cultura dos povos, deve ser parte de qualquer política em defesa da floresta, rios e lagos (Acordos de Pesca, Reservas de Lago, Reservas Marinhas). Assim, a partir da iniciativa desses movimentos é criada a primeira unidade territorial em que a defesa da natureza contempla não só a questão cultural, o “notório saber” das populações como assinalado acima, mas também a questão social com a criação das Reservas Extrativistas<sup>7</sup>. Chico Mendes, assim como Osmarino Amâncio Rodrigues, vão afirmar que “a Reserva Extrativista é a reforma agrária dos seringueiros”.

A tensão interna à comunidade seringueira se manifestou de um modo próprio. Ainda na segunda metade dos anos 1970, alguns setores ligados às CEBs da Igreja Católica passaram a ver com simpatia a oferta dos governantes a cada família seringueira de uma propriedade com o tamanho de um módulo rural que, no Acre,

---

<sup>7</sup> À mesma época são criados pelo INCRA, e com os mesmos princípios que as RESEXs, os Projetos de Assentamento Extrativistas - PAEXs.

variava entre 50 a 100 hectares<sup>8</sup>. Todavia, o mundo do seringal não havia se constituído em torno da ideia de propriedade no sentido do direito romano atualizado no princípio liberal da propriedade da terra medido em e pela área. Não, para esse mundo, a unidade básica de apropriação das condições materiais necessárias para garantir a existência – a terra, a água, as plantas e animais em relação entre si – era a Colocação que não se mede em área, em hectare.

A Colocação é constituída pela casa, por um pomar/roçado no entorno imediato da casa e pela “estrada de seringa” que é grafada no espaço concreto da floresta formando uma alça. A “estrada de seringa” é um caminho percorrido diariamente pelo seringueiro que sai de sua casa e a ela retorna percorrendo-a cortando as “madeiras” (as seringueiras) e colocando a “botija” para recolher o “leite” pela madrugada/manhã e, num segundo momento, depois do almoço, recolhendo o látex contido nas “botijas”. Assim, o critério de área não cabia, haja vista que as alças desenhadas pelas “estradas de seringa” dos seringueiros podiam se entrecruzar entre si e, assim, não cabia estabelecer a propriedade privada mutuamente excludente que se conforma a partir da medida em área. Enfim, também aqui a tensão entre a propriedade privada individual e a apropriação comunitária. Daí o/as seringueiro/as autônomo/as insistirem, sob a liderança de Chico Mendes, na ideia de uma unidade territorial única envolvendo várias famílias que deveriam gozar plenamente das prerrogativas de organizarem por si mesmas seu espaço de vida com autonomia. Considere-se, ainda, que embora a família seringueira cultivasse um pequeno pomar junto à sua casa e criasse pequenos animais seu objeto de trabalho era a floresta de onde extraía o látex na sua estrada de seringa, além de outros frutos e resinas.

A Reserva Extrativista foi a forma que encontraram para afirmar tanto o caráter comum da apropriação das condições naturais da existência como também o respeito à propriedade de cada família de sua Colocação<sup>9</sup>. A ideia de autonomia se

---

<sup>8</sup> Considere-se que parte dos teólogos da Teologia da Libertação, como o Bispo da Prelazia do Acre-Purus, Dom Moacir Grechi, eram originários do Sul do país e descendentes de migrantes italianos e alemães e que tradicionalmente manejavam o que no Sul do país chamam de uma colônia, ou seja, uma propriedade com 24,5 hectares. A proposta de 50 a 100 hectares lhes parecia boa. Só não entendiam que a territorialidade seringueira não se constituía em torno do critério do direito tradicional que mede a terra em área. Um seringueiro, por exemplo, vende sua colocação de seringa o que corresponde à sua casa, o roçado do entorno imediato e as estradas com cerca de 150 “madeiras”, ou seja, árvores para o corte da seringa. É comum anunciar-se; “vende-se uma estrada de seringa com 150 madeiras”.

<sup>9</sup> Essa forma híbrida entre o familiar e do comunitário se reproduz amplamente no mundo indígena e camponês em todo o mundo. Na Europa ocidental, inclusive, onde foi o cercamento das terras comuns (*enclosures*) que contribuíram para o despojo das comunidades camponesas ao lhes restringir a ter que viver das suas unidades familiares sem as terras comuns que tinham para o pastoreio do gado, para a coleta de frutos, resinas e remédios, para a caça e a pesca. No mundo quéchua/aymara pode ser vista nos *tupus*, unidades familiares, que pertencem aos *ayllus*, forma comunitária. O mesmo na *obschina* (*mir*) russo. Os camponeses estão longe de se restringirem

afirma fortemente no mundo seringueiro com as Reservas Extrativistas. Registre-se que essa cultura autonomista do mundo e do movimento seringueiro se inscreve numa cultura política que veio sendo engendrada nos movimentos sociais em luta pela democratização do país, onde mais que lutar por direitos constituídos lutavam para constituir direitos: o direito a inventar direitos. Não abriam mão da iniciativa das próprias comunidades organizadas para que fosse criada uma RESEX. A invenção das RESEXs é uma expressão dessa criatividade teórico-política forjada na luta social e, longe de ser uma proposta técnica, é sobretudo uma proposta político-cultural. E como toda proposta político-cultural terá que se fazer prática conformando sua técnica própria. Enfim, contra a ideologia tecnocêntrica típica do paradigma da modernidade em crise, insinuam que a técnica é inerente a toda e qualquer sociedade, mas sendo a técnica meio, o sentido que se empresta a ela é dado pelos horizontes de sentido para a vida.

### A Tensão no Mundo Seringueiro Atual

Vimos que o mundo seringueiro comporta diferentes sentidos internos que, dependendo, das circunstâncias podem ser, até mesmo, antagônicos. A tensão entre a perspectiva que se faz pelo protagonismo político dos seringueiro/as autônomo/as radicada na proposta de Reserva Extrativista, de um lado, e a perspectiva que se afirma pela dimensão técnica e empresarial – individualizante – de outro lado, será exacerbada nos anos 1990 e sobretudo depois dos anos 2000. A perspectiva voltada para o mercado também se apoia em tradições do mundo seringueiro, como destacamos. Todavia, seu maior ou menor dinamismo dependerá fortemente da ação externa. É o que vem sendo exacerbado pelas políticas do Estado e das corporações financeiras, através dos organismos multilaterais (e seus intelectuais) e das ONGs. Essa ação tem sido cada vez mais forte tanto à escala nacional como estadual, particularmente no Acre, o estado que mais se beneficiou do debate mundial sobre a Amazônia. Sublinhemos para não restarem dúvidas, que a centralidade que o Acre passa a ter nesse debate se deve indubitavelmente ao protagonismo dos movimentos sociais, em particular, dos seringueiros e indígenas, em sua Aliança dos Povos da Floresta, através de lideranças como Chico Mendes e Osmarino Amâncio Rodrigues (VER REVISTA News Week, edição de março de 1991, com OSMARINO na capa).

Desde que as RESEXs foram criadas, em 1990, que a presença de populações passou a ser um incômodo para os gestores e técnicos estatais, quase sempre formados em perspectiva eurocêntrica e colonial. A ideia de “notório saber”, central na afirmação do protagonismo das populações na gestão das RESEXs (autonomia), será praticamente abolida com a instituição do SNUC, no ano 2000, com sua exigência de que toda UC deve ter um plano de manejo feito por técnicos.

---

exclusivamente à propriedade individual, conforme impôs certa visão urbanocêntrica, algumas, inclusive, se reivindicando de esquerda.

Ora, o saber técnico é derivado da escolaridade consagrada pelo diploma escolar, enquanto a revolução que emana do/as seringueiro/as e dos Povos da Floresta implica aceitar um conhecimento notório derivado, inclusive, de outras matrizes de racionalidades, de outras epistemes, de saberes outros, de outras gentes. E vimos como a Amazônia dispõe de múltiplas culturas de grupos/classes sociais, etnias/nacionalidades/povos variados que, pelo menos, há 11.200 anos vivem a região e se reinventaram criativamente nas circunstâncias: R-existências.

São esses saberes/esses povos que a ideia de “notório saber” recupera e lhes dá dignidade com a proposta de RESEX. São esses saberes notórios que devem balizar a “concessão de direito real de uso” (Carvalho Filho, 2002)<sup>10</sup> para que essas populações possam gerir suas vidas. O “notório saber” dessas populações passa, assim, a ser de interesse público por aportarem conhecimentos acerca dessa riqueza que é patrimônio da sociedade como um todo, no caso a riqueza em diversidade biológica, água, terra, ar e energia solar e suas relações<sup>11</sup>. Considere-se que o poder concedente, o Estado, está no caso das RESEXs diante de um outro paradigma, e talvez aqui resida todo *imbróglío* epistêmico e político em que a proposta está implicada, haja vista que o poder concedente ao reconhecer o “notório saber” das populações através do instrumento de “concessão do direito real de uso” está reconhecendo um conhecimento que, em certo sentido, lhe é exterior, haja vista serem conhecimentos não-escolarizados. Enfim, esse outro paradigma emerge justamente dessa condição que aponta para a superação da colonialidade do saber e do poder que subjaz ao epistemicídio que, como sugere Boaventura de Sousa Santos, foi/é “a pior herança do colonialismo”, pois promove um enorme “desperdício de experiência humana”.

Todavia, não só no SNUC essa ideia é esvaziada, como também, vinha e vem sendo esvaziado o instrumento de “concessão de direito real de uso”, onde o Estado estabelece as condições de interesse público para a concessão, no caso, a conservação/preservação da riqueza em diversidade biológica, água, terra, ar e energia solar e suas relações que o notório saber daquelas populações já

---

<sup>10</sup> “A concessão de direito real de uso é um instituto criado pelo Decreto-lei nº 271, de 28.02.67, no seu art. 7º 55, podendo ser utilizado na transmissão da posse direta de bens públicos ou privados, de forma gratuita ou remunerada, visando dar cumprimento à função social do bem na cidade onde se localiza. A nomenclatura ali colocada é concessão de uso, mas pelas características definidas nos parágrafos, vê-se que se trata do que, adiante, a doutrina chamaria de concessão de direito real de uso”. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 9ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2002; p. 897.

<sup>11</sup> Carvalho Filho aponta, de forma correta, as vantagens para a Administração Pública, da utilização deste instrumento: “A concessão de direito real de uso salvaguarda o patrimônio da Administração e evita a alienação de bens públicos, autorizada às vezes sem qualquer vantagem para ela. Além do mais, o concessionário não fica livre para dar ao uso a destinação que lhe convier, mas, ao contrário, será obrigado a destiná-lo ao fim estabelecido em lei, o que mantém resguardado o interesse público que originou a concessão real de uso” (Carvalho Pinto, 2002: 897).

demonstraram sua eficácia *de facto* para esses fins antes mesmo que fossem reconhecidas *de jure*.

Desde que as RESEXs foram propostas enquanto forma territorial de relação sociedade-natureza através do protagonismo/autonomia dos povos por seu conhecimento (notório saber) que outras propostas que procuram negar esses princípios vêm ganhando força entre os gestores públicos e privados, como as Florestas Nacionais e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, cuja diferença fundamental em relação às RESEXs é justamente não tocar na questão fundiária<sup>12</sup>. Assim, dão sustentação à estrutura fundiária perversa que nos constitui historicamente como sociedade e como país. Chico Mendes explicitara a importância para o/as seringueiro/as autônomo/as desse caráter fundiário quando afirmara que a “reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros”.

Ademais, nos colocamos, hoje, diante do desafio de indagar qual seria o sentido de o Estado estabelecer a “concessão de direito real de uso” para uma RESEX e, depois, fazer dela uma unidade de conservação ambiental submetida a um órgão estatal, ainda que, por ironia, batizado – ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade? Tudo indica que o nome de Chico Mendes é objeto de intensa disputa simbólico-política e que ninguém no Acre, em particular, pode se afirmar sem invocar seu nome.

Toda a parafernália institucional criada, sobretudo no Acre, para fazer da floresta mercadoria, REDDs e quotas, como bem sendo feito nos anos 2000 não foi capaz de eliminar o lado comunitário que a proposta de RESEX tão bem encerra e que atualiza essa tradição do mundo seringueiro enquanto outro paradigma para um mundo em crise civilizatória oferecendo outros sentidos para um mundo onde caibam outros mundos.

Sua proposta de autonomia não fere o princípio de soberania, que tem sido prerrogativa do Estado na ordem epistêmica e política dominante do sistema mundo capitalista moderno-colonial que nos governa. Todavia, os seringueiros do Acre emprestam uma leitura própria à formação do estado brasileiro, como memória viva da originalidade de seu papel nessa formação. A ideia de autonomia e de soberania ali, no Acre, adquirem um sentido original, pois o Acre é a única das unidades da federação que conformam o Estado brasileiro que não é uma herança portuguesa. E os seringueiros foram protagonistas dessa história nos inícios do século XX e, ainda nos 1980, podia-se ouvir seringueiro resistindo ao avanço das fazendas de gado dizendo que foram os seringueiros que haviam conquistado o

---

<sup>12</sup> Para não falar das RPPNs – Reservas Particulares de Patrimônio Natural – que também vêm sendo amplamente usadas para negar o acesso à terra, às águas e à vida a setores mais amplos da sociedade. Afinal, muitos proprietários rurais têm usado esse artifício de reconhecer parte de suas terras não-produtivas para invocar a criação de RPPNs.

Acre para o Brasil e não ia ser “paulista” nenhum que os retiraria dali (Porto-Gonçalves, 1998 [2004]).

Como se vê, a identidade seringueira não diz respeito somente ao uso da floresta, mas também a essa memória histórica de que lançam mão como estratégia de resistência e luta pela terra/território. Assim, o Estado que tem a prerrogativa de constituir o Direito - as formas de propriedade, ordenamento territorial, inclusive de criar RESEXs, e outras unidades de conservação ambiental, estabeleceu sua soberania no Acre através da saga seringueira. Assim, em mais de um sentido, como já assinalamos, trazem à tona um processo social instituinte desde o/as “de baixo”, para usar uma expressão cara a Florestan Fernandes, que é de onde apontam para a reinvenção da política. E o fazem articulando a luta pela Terra, com letra maiúscula, com a luta pela terra, com letra minúscula; articulando a luta global com a luta local; articulando a luta nacional com as lutas por território/territorialidades ao indicarem que dentro de um mesmo território existem múltiplas territorialidades e, assim, a diversidade cultural se mostra parte da diversidade biológica como sua proposta de RESEX como parte da Reforma Agrária. Estamos diante de outro paradigma. E como os paradigmas não caem do céu, são de outros sujeitos/processos instituintes que estamos diante. E um sentido de rebeldia, não olvidemos, continua vivo, como se vê na luta atual com/contra o REDD, com/contra as políticas de mercado de carbono, com/contra os planos de manejo que Dercy Telles, a primeira presidente do STR de Xapuri, encarna ainda hoje.